

## **A política externa estadunidense na virada do século XIX para o XX e a Guerra Hispano-Americana**

Antonio Battisti Bianchet Junior

Resumo: O presente trabalho tem o objetivo de realizar um estudo introdutório sobre alguns aspectos das relações EUA-América Latina, no contexto da passagem do século XIX para o XX. Inicia-se com um breve panorama da formação dos EUA como nação, a partir do ano de sua independência (1776), passando pela expansão territorial que foi levada a cabo durante a primeira metade do século XIX, e estende-se até o final do mesmo século, quando, segundo alguns autores, houve uma mudança de paradigma nas relações exteriores estadunidenses.

A expansão territorial da primeira metade do século XIX deu-se em paralelo aos debates sobre a escravidão, e esta questão, que foi gerando cada vez mais atrito entre o sul escravista e o norte – onde a mão-de-obra era livre –, acabou levando o país à Guerra Civil (1861-1865). Com o fim da guerra e a vitória do norte, a União manteve-se e a escravidão foi abolida. O país então entrou em um período de reconstrução, que deu novo vigor à economia. Entretanto, com a reconstrução terminada, a economia passa a entrar um momento de instabilidade. De início veio a recessão, que no fim do século adquiriu contornos de crise. Essa crise, entre outros fatores, influenciou uma mudança no paradigma das relações exteriores. Os EUA precisavam expandir seus mercados mundo a fora para sair da recessão econômica. Dentro de um cenário mundial onde o colonialismo estava a pleno vapor, os mercados da maioria do globo estavam fechados na relação metrópole-colônia. Para abri-los era necessária uma nova postura por parte dos EUA, uma postura mais agressiva.

Em paralelo, buscou-se, através do estudo de caso da independência de Cuba, exemplificar a postura dos EUA como um país que começa a se afirmar como potência por volta da virada do século, passando a defender os seus interesses em diferentes regiões do planeta por diferentes meios.

Além disso, buscou-se abordar de forma especial o papel da imprensa estadunidense no processo de agitação da opinião pública durante a presidência de William McKinley (1897-1901), que utilizou a veiculação da notícia do suposto ataque ao navio *U.S.S. Maine* – que matou mais de 200 oficiais estadunidenses –, entre outras, para imbuir na população o desejo de guerra contra a Espanha, que culminaria na “independência” cubana e na formação de uma espécie de protetorado na ilha, além da tomada de Porto Rico e das Filipinas, que aumentaria a influência dos EUA na região do pacífico, num contexto de intensa disputa imperial no mundo, entre outros desdobramentos. Para tanto, buscou-se estabelecer um debate entre, basicamente, algumas obras da historiografia das relações EUA-América Latina e obras referentes às histórias dos EUA e de Cuba durante o século XIX.

Palavras-chave: Política externa estadunidense; Guerra Hispano-Americana; *U.S.S. Maine*.

## EUA no Século XIX

Desde sua independência da metrópole inglesa em 1776, os então recém formados Estados Unidos da América embarcaram em uma história de expansão e desenvolvimento. O território constituído ao fim da época que pode ser descrita como de “expansão territorial”, *grosso modo*, concluída em meados do século XIX, correspondia aproximadamente a onze vezes o território inicial das treze colônias que declararam independência da metrópole inglesa. (JUNQUEIRA, 2001, p. 39).

A história dessa expansão reflete a conduta estadunidense frente aos demais estados latino-americanos e mesmo às potências européias. Baseados em conceitos próprios de missão divina, superioridade racial e empresa individual, entre outros, logo após sua independência da Inglaterra, os EUA lançam-se numa expansão que caracterizaria sua conduta no próximo século.

O início do século XIX foi um período propício para a expansão territorial dos EUA. Com os enfrentamentos bélicos que ocorriam na Europa, então possuidora de grandes territórios na região, os EUA se beneficiaram, aumentando seu poder de barganha na aquisição de tais regiões. A primeira delas foi a Louisiana, adquirida da França em 1803. Logo depois veio a Flórida, considerada de grande importância estratégica, adquirida da Espanha em 1812. Em 1836 acontece a independência do Texas mexicano. Após embates diplomáticos que culminaram em uma guerra contra o México, os EUA, vitoriosos, o anexam o Texas à federação, tomando, além disso, cerca de metade do território mexicano, alcançando finalmente a costa do Pacífico.

Além dos territórios continentais, outras áreas exerciam especial atração aos EUA. Uma delas era Cuba. A ilha, de importância estratégica, esteve sempre nos anseios dos governantes, como fica claro nas palavras de John Quincy Adams:

...there are laws of political as well as physical gravitation; and if an apple severed by the tempest from its native tree cannot choose but fall to the ground, Cuba, forcibly disjoined from its own unnatural connection with Spain, and incapable of self-support, can gravitate only towards the North American Union, which by the same law of nature cannot cast her off from her bosom. (SMITH, 2008, p. 25).

Porém, a questão da expansão territorial em geral, e, especificamente, a anexação de Cuba, estava relacionada à outra, que gerava intensos debates no governo, a escravidão. Uma vez a União dividida pela “linha do Missouri”, sendo que ao sul desta haviam estados baseados nas *plantations* que utilizavam o trabalho escravo, e, ao norte, em processo de industrialização nos moldes capitalistas, predominava o trabalho livre, a anexação de novos territórios influenciaria o frágil equilíbrio da balança de poder no congresso. Com a expansão territorial e anexação de novos estados, essa balança de frágil equilíbrio foi se tornando cada vez mais instável. Os estados do sul queriam a anexação de Cuba, pois esta representaria mais um estado escravista, favorecendo-os na disputa contra o norte. Já este, comprometido com as premissas capitalistas do trabalho livre assalariado, não poderia aceitar a incorporação de mais estados escravistas.

Esta questão foi delicadamente balanceada pelos governantes até meados do século XIX. Porém, durante a presidência de Abraham Lincoln, em paralelo a outras questões, tornou-se insolúvel. Os estados do sul tentaram a secessão do norte, e este, não querendo a desintegração da união, reagiu, e em abril de 1861 iniciava-se a guerra. (JUNQUEIRA, 2001, p. 80 e ss).

Ambos os lados acreditaram que seria uma guerra rápida. A desvantagem econômica e militar do sul em relação ao norte era grande, porém, o sul possuía bons estrategistas e acreditava que lutava por uma causa justa, o que estimularia seus combatentes. Não cabe aqui uma discussão detalhada da guerra civil, o que importa salientar, para os objetivos do trabalho, é que a guerra foi materialmente destrutiva para o sul e os efeitos que a reconstrução geraria, principalmente em relação à expansão econômica traria conseqüências em relação aos paradigmas da política externa. Ao fim da guerra, a escravidão foi abolida no sul, a união foi mantida, porém, apesar da abolição, o problema racial não estava nem perto de ser resolvido. Pode-se dizer que mesmo até hoje esse problema não haja sido resolvido nos EUA, mas isso também não diz respeito à proposta do trabalho.

Segundo Mary Anne Junqueira (JUNQUEIRA, 2001) e Mark T. Gilderhus (GILDERHUS, 2000), o fim da guerra civil culminou na hegemonia do sistema nortista, que passou a controlar o jogo político, acelerando as transformações nos EUA. Nas palavras de Gilderhus:

By abolishing slavery and modifying states' rights, the North's victory sanctioned the use of federal authority and the rise of business and industrial leaders who put faith in the transformative powers of capitalist enterprise. For the rest of the century and beyond, such men controlled U.S. destiny at home and abroad. (GILDERHUS, 2000, p. 4-5).

De acordo com Lars Schoultz (SCHOULTZ, 2000), após a guerra civil, os EUA se fecharam num período de reconstrução e o ímpeto expansionista cessou. Exemplo claro disto foi o "sepultamento" do tratado que tentou a anexação da República Dominicana, em 1870. A partir de então, um consenso passou a existir nos EUA de que era desaconselhável a anexação de qualquer território que implicasse na incorporação de povos de origem latina. (SCHOULTZ, 2000, p. 105).

Gilderhus situa o contexto do pós-Guerra Civil de acordo com a abordagem de diversos autores. Mas é consenso que no último quartel do século XIX os EUA passaram por um período de intensa flutuação econômica. Apesar de, no geral, o período representar uma grande expansão econômica, as depressões de 1873-8, 1882-5 e 1893-7 abalaram a crença na auto-suficiência da economia estadunidense.

De acordo com o senso comum, a aguda expansão da economia havia alcançado uma situação extrema, onde o país produzia mais do que seus habitantes podiam consumir, assim, era necessário expandir o mercado, ou a recessão tomaria conta. Outra tese, além desta relacionada à superprodução, era a do subconsumo, porém não cabe aqui fazer uma discussão mais profunda sobre a relatividade de tais teses.

Neste sentido, segundo Gilderhus, entre a maioria dos historiadores há um consenso de que, logo após a guerra civil, houve uma mudança de ênfase na política externa, o que o autor chama de *New Diplomacy*, que representaria as bases do imperialismo estadunidense da virada do século. Para exemplificar uma dessas diferentes abordagens do período, Gilderhus cita a perspectiva de Walter LaFeber:

(...) the antecedents of the New Empire came about soon after the Civil War. Although preoccupied with internal affairs such as Reconstruction, the conquest of the West, and the Industrial Revolution, the leaders of the United States retained an interest in the outside world but with a shifting emphasis. Less concerned than previously with territorial acquisitions, they attached more importance to commercial expansion, hoping by this means to moderate the instabilities of the Industrial Age. (GILDERHUS, 2000, p. 5).

Mary Anne Junqueira também comenta o tema:

Na última década do século XIX – com o êxito da sua industrialização, procurando assegurar o comércio fora do país e manter a hegemonia no hemisfério ocidental – os Estados Unidos se afirmaram como uma potência não-européia, tal como o Japão

e a Rússia. Além da busca de novos mercados, o temor de que o avanço da colonização europeia na Ásia e na África se voltasse também para as Américas levou os norte-americanos a procurarem dominar a América Central e as ilhas do Caribe. (JUNQUEIRA, 2001, p. 98-9).

De acordo com Mary Anne Junqueira e Lars Schoultz, para garantir a expansão de seu comércio e influência no continente americano e rivalizar com a poderosa Inglaterra, então dominante no comércio ao sul do Rio Grande, os EUA precisariam controlar os mares. Assim, no período houve um maciço investimento na indústria naval, estabelecendo a criação de uma grande frota comercial e de guerra. Desse modo os EUA lançaram-se na “corrida imperialista”.

Para Peter Smith, no final do século XIX os EUA mudaram sua estratégia em relação à América Latina. Após intensos debates sobre princípios e métodos de expansão, Washington mudou, basicamente, da aquisição de território para a criação de uma esfera de interesse, estendendo a hegemonia estadunidense através de uma rede informal de relações políticas e econômicas. Nesse sentido, os EUA começaram a empreender vigorosos esforços para institucionalizar seu crescente clamor por hegemonia no hemisfério ocidental. [tradução livre do autor] (SMITH, 2008, p. 28-9). A partir de 1881, o Secretário de Estado James G. Blaine passou a planejar a idéia de conferências pan-americanas. Nas palavras do próprio Blaine, seus objetivos eram:

first, to bring about peace...; second, to cultivate such friendly commercial relations with all American countries as would lead to a large increase in the export trade of the United States. To obtain the second object the first must be accomplished (SMITH, 2008, p. 29).

Para o mesmo período, Gilderhus discorre sobre as tentativas de Blaine de desenvolver uma política pan-americana. Segundo o mesmo autor, essa época marcou o início de um novo paradigma nas relações EUA - América Latina. Não entrando no mérito das intenções reais de Blaine ao propor tais políticas, cabe dizer que, de início, elas renderam poucos frutos. Com o assassinato do presidente James Garfield, assumiu o vice Chester A. Arthur, que substituiu Blaine por Frederick T. Freylinghuysen. Como um representante da “velha diplomacia”, este cancelou a conferência planejada, que teve de esperar até 1889, com a volta de Blaine, para ser realizada.

A situação da disputa imperial no fim do século XIX foi se tornando mais favorável aos EUA, principalmente com a virtual exclusão da “ameaça britânica”, representada claramente pelo caso da disputa fronteiriça na Venezuela (1895). Depois de muitos entraves diplomáticos, a Grã-Bretanha aceitou a arbitragem do caso pelos EUA, que definiu a disputa praticamente em favor dela, em detrimento das reivindicações venezuelanas. Assim, como numa espécie de acordo tácito, os EUA favoreceram a Inglaterra na disputa, na medida em que esta reconheceu a hegemonia estadunidense no hemisfério. Nas palavras de Lars Schoultz:

(...) a disputa sobre o canto sudeste da Venezuela era algo maior que uma simples extensão de acres tropicais. Era um anúncio de que os Estados Unidos pretendiam mover-se para o topo, na hierarquia das nações, mesmo que para as potências europeias fosse uma idéia presunçosa. Olney mais tarde admitiria que as palavras de sua nota aos ingleses “eram, sem dúvida, de tom briguento,” mas “a justificativa para sua emissão é que, aos olhos ingleses, os Estados Unidos eram algo completamente negligenciável que acreditou-se que somente palavras equivalentes a murros seriam realmente efetivas.” A Venezuela era só o começo, pois o mundo estava prestes a descobrir em Cuba e no Panamá o que significava a doutrina Olney quando ela declarava que os Estados Unidos eram praticamente soberanos neste continente. (SCHOULTZ, 2000, p. 148).

## **Cuba. O Primeiro Levante Independentista**

Em meados do século XIX, Cuba, a mais rica e povoada das colônias espanholas, começou a vivenciar um processo de problemas econômicos e políticos. O crescimento sustentado, na indústria açucareira, iniciado a partir do fim do século XVIII começava a fraquejar devido à concorrência com o açúcar de beterraba da Europa e dos EUA. [tradução livre do autor]. (AGUILAR, 1991, p.210).

A partir da década de 1840, iniciou-se uma tentativa de modernização da indústria no intuito de aumentar a produtividade, ao mesmo tempo em que os produtores passaram a clamar por uma reforma do arcaico sistema colonial, a dizer, a elite econômica. Já os peninsulares se mostraram contra, pois acreditavam que uma reforma poderia trazer um resultado parecido com o do Haiti. Nesse seio, começam a surgir grupos em prol da independência, influenciados por idéias de nacionalistas do início do século, como Félix Varela e José Maria Heredia. Em pouco tempo a oposição à Espanha se espalhou por todos os setores da sociedade cubana, em grande medida, devido à alta carga de impostos. (AGUILAR, 1991, p. 210).

Vale lembrar também que alguns setores cubanos eram favoráveis a anexação aos EUA, principalmente após tal fato haver ocorrido com o Texas mexicano. Nesse sentido, houve negociações entre os EUA, Espanha e outras potências européias. Os EUA tentaram a aquisição de Cuba por várias vezes, não obtendo sucesso. Porém, na década de 1860, com a questão da escravidão já se mostrando insolúvel, a aquisição de Cuba (então significando a junção de mais um estado escravista à união) ficou de lado. Os EUA se fecharam aos assuntos internos. (SMITH, 2008, p. 24 e ss).

Nessa época, os rebeldes deram início a “Guerra dos dez anos”, insurgindo contra o governo espanhol na tentativa de obter independência. Em paralelo a isso, o presidente Ulysses Grant proclamou, em 1869, o que ficou conhecido como “princípio de não-transferência”, que declarava impedimento à transferência de Cuba de uma potência européia para outra.

Apesar dos êxitos iniciais dos rebeldes, principalmente devido às debilidades das forças espanholas, o movimento independentista aos poucos foi minado por diversos fatores, e quando a Espanha conseguiu livrar-se de outros assuntos que estavam desviando a sua atenção durante a guerra (como a abdicação de Isabel II, uma regência militar, uma proclamação de república e posterior restauração sob Alfonso XII, e uma segunda guerra carlista [1872-6]), logrou reprimir a insurreição e restabelecer seu domínio. (AGUILAR, 1991).

## **A Guerra Hispano-Americana**

Segundo Peter Smith, a questão cubana retornou à voga principalmente por causa dos esforços das forças anti-hispânicas [tradução livre do autor]. As respostas à crise de 1893, representadas pelas tarifas protecionistas que removiam o compromisso de reciprocidade, causaram grande impacto na economia cubana. Uma vez perdido o mercado estadunidense, o desemprego aumentou bruscamente e a rebelião rapidamente se espalhou, liderado pelos irmãos Maceo e inspirados pelos escritos de José Martí, exilado em Nova Iorque após a derrota na Guerra dos dez anos. Como os investimentos estadunidenses em Cuba eram significativos no período, desde então a opinião pública começou a pressionar em prol de uma

intervenção na questão. De início, o presidente Grover Cleveland recusou-se a intervir, e, em 1895 declarou neutralidade. (SMITH, 2008, p. 36-7).

Em 1896 os EUA ofereceram-se para mediar o conflito, porém a Espanha negou. Ela queria que o papel fosse desempenhado por uma potência européia, porém, seus planos não saíram como esperado, uma vez que a Inglaterra estava reavaliando seu papel na América à luz da crise na Venezuela, a França era indiferente, e a Rússia estava ocupada tentando consolidar sua crescente influência na Coréia e na Manchúria. (SMITH, 2008, p. 36-7).

Inicialmente, os EUA defenderam um modelo que promovesse a autonomia a Cuba, porém, este era negado tanto pela Espanha, quanto pelos insurretos. Já a Espanha queria manter seu status imperial, o que era inaceitável tanto para os cubanos quanto para os EUA. Para completar, os cubanos lutavam pela independência, que era inaceitável tanto pela Espanha, quanto pelos EUA. (SMITH, 2008, p. 36-7).

Ao assumir a presidência em 1897, o presidente William McKinley posicionou-se a favor de uma resolução razoável para o conflito, contra qualquer possibilidade de intervenção com o uso da força, o que significava um menor comprometimento com a política externa do que o governo anterior, como fica claro na passagem de Lars Schoultz:

A administração McKinley herdou, assim, o que havia se tornado (e permanecia) um problema crônico das relações EUA – América Latina, a instabilidade caribenha estava alcançando os Estados Unidos, prejudicando interesses econômicos do país e despertando preocupação humanitária. Então, como agora, esta era uma mistura volátil, e é indicativo do temperamento do Presidente McKinley que ele não tenha sido imediatamente empolgado pelo clamor por ação. Muito pelo contrário, ao escolher o idoso John Sherman como seu Secretário de Estado (para liberar uma cadeira no Senado por Ohio para Marcus Hanna), McKinley sinalizava que a política externa não iria ser sua prioridade máxima. Não fosse pelo ruidoso endosso de ativismo que havia sido escrito na plataforma republicana, um apostador bem informado no dia da posse teria apostado que a equipe de política externa de McKinley e Sherman, assessorada pelo confidente de McKinley, William Day – três nativos do Ohio com experiência de política externa extremamente limitada – seria bem menos ativa do que a de Cleveland e Olney. (SCHOULTZ, 2000, p. 154).

Porém, embora o claro posicionamento de McKinley no início de seu mandato, a situação, impulsionada por alguns fatores, faria a balança mudar em relação à intervenção na questão envolvendo Cuba. Segundo a perspectiva de Schoultz, havia algumas explicações complementares para que, a despeito dos sentimentos de McKinley, a guerra viria. A primeira era que o estado de espírito da opinião pública favorecia uma política externa mais agressiva. De acordo com o mesmo autor, esse estado de espírito fora criado por três grupos separados, porém, interligados. (SCHOULTZ, 2000, p.155).

Nas palavras de Schoultz:

O primeiro desses grupos eram os próprios republicanos de McKinley, pois como observara um jornal, logo antes da posse, “um partido que tem estado por quatro anos rugindo como um leão por uma guerra no estrangeiro não pode achar tão fácil mudar e levar a vida doce e submissa de um carneiro, mesmo nos verdes pastos do poder e dos favores políticos. (SCHOULTZ, 2000, p. 155).

O segundo grupo responsável por criar o clima favorável à guerra era composto por editores e diretores de jornais. É importante frisar que é nesse momento que surge a chamada “imprensa marrom”, caracterizada pelo sensacionalismo. Nesse sentido, buscando melhor condição na disputa com o também sensacionalista Joseph Pulitzer, William Randolph Hearst, criou uma série de estratégias para expandir seu mercado. Como havia uma massa de leitores de baixa instrução, muitos imigrantes que estavam aprendendo a ler inglês, ele baixou os preços dos jornais e passou a publicar notícias sensacionalistas sem se importar com a veracidade das mesmas. Estes líderes da imprensa de então logo perceberam que o tema da

independência cubana instigava interesse nos leitores, e ajudados por cubanos expatriados que viviam em Nova Iorque passaram a utilizar da temática em larga escala, transformando-a numa “peça de moralidade”. (SCHOULTZ, 2000, p. 156).

Pode-se questionar o efeito que a imprensa sensacionalista possa ter ou não causado na opinião pública, mas é inegável que quanto mais os jornais tocavam no assunto, maiores eram as vendas de exemplares, além disso, as matérias dos “grandes” eram reproduzidas por diversos outros jornais por todo o país.

A questão, como o Senador Oliver Platt observava já em 1895, era que tudo isso estava afetando a opinião pública: “os absurdos do jornal sobre o que está acontecendo lá, embora publicados num dia e contraditos no outro, parecem agitar a agressividade nas mentes das pessoas.” (SCHOULTZ, 2000, p. 158).

O terceiro grupo a influenciar a opinião pública, de acordo com Schoultz, era o dos políticos conhecidos como *jingoes*, que representavam os defensores do Destino Manifesto na geração de então, tendo como um dos principais representantes o futuro presidente Theodore Roosevelt. Porém, não cabe aqui um detalhamento sobre o assunto, apenas serve como explicação da tese do autor. (SCHOULTZ, 2000, p. 158).

Porém, o estado de espírito da opinião pública não é a explicação exclusiva para o envolvimento dos EUA no caso. Schoultz, citando Louis Pérez, “*ênfatiza a preocupação da administração McKinley com o destino da estratégia e dos interesses dos EUA sob um governo cubano independente.*” (SCHOULTZ, 2000, p. 160). O problema a ser enfrentado era o caráter da população cubana, a instabilidade dos diferentes estratos, negro, peninsular e *criollo*. Neste sentido, segundo Pérez e Schoultz, o intuito de McKinley ao redigir sua mensagem de guerra, era o de agir “*em defesa de ‘interesses americanos em perigo’ e da necessidade de ‘assegurar na ilha o estabelecimento de um governo estável, capaz de manter a ordem e observar suas obrigações internacionais.*” (SCHOULTZ, 2000, p. 161).

Ainda um pouco antes dessa mensagem de McKinley, foram tentadas diversas negociações com a Espanha no intuito de adquirir Cuba, porém, não se chegou a um acordo. Com o desenrolar da diplomacia entre EUA e Espanha, no início de 1898, os espanhóis deram início a um novo governo reformista que concedia certa autonomia a Cuba. Porém, conservadores iniciaram manifestações. Depois de certo debate, McKinley resolve enviar o navio de guerra *Maine* para Havana.

Chegando a Havana em 25 de Janeiro, lá ficou ancorado até 15 de fevereiro, quando uma explosão no casco o afundou, causando a morte de 260 marinheiros. “*Além de ser uma tragédia humana, o afundamento do Maine provou ser um desastre diplomático da maior magnitude.*” (SCHOULTZ, 2000, p. 162). McKinley então designou uma comissão da Marinha para investigar o caso. Essa comissão concluiu que a explosão só pode haver sido causada por uma mina externa, submarina. Em paralelo, a imprensa e os jingoístas fazem coro em prol de uma intervenção. A hora havia chegado. Embora estudos posteriores tenham concluído que nada prova que o *Maine* tenha sido explodido por uma mina, em 1898 ninguém contestou a posição de McKinley. Nas palavras de Schoultz:

Declarando que “as presentes condições em Cuba constituem uma ameaça constante à nossa paz,” em 11 de abril McKinley enviou sua mensagem de guerra ao Congresso, insistindo “em nome da humanidade, em nome da civilização, em prol dos interesses americanos ameaçados que nos dão o direito e o dever de falar e agir, a guerra em Cuba deve cessar.” Ele pediu ao Congresso que lhe desse o poder de usar a força militar “para assegurar uma completa finalização das hostilidades.” O congresso debateu por oito dias antes de chegar a uma breve mas complexa resolução conjunta que autorizava o Presidente a desalojar os espanhóis. A resolução afirmava, na emenda Teller, que “os Estados Unidos, pela presente, abrem mão de qualquer disposição ou intenção de exercer soberania, jurisdição ou controle sobre a dita ilha, exceto para pacificação, e afirma sua determinação, de quando isto estiver

cumprido, deixar o governo e o controle da ilha para seu povo.” (SCHOULTZ, 2000, p. 163).

Mary Anne Junqueira também comenta o caso:

Os militares norte-americanos imediatamente responsabilizaram a Espanha pelo afundamento da embarcação. O incidente serviu de pretexto para os Estados Unidos entrarem na Guerra contra a Espanha. O país havia investido poderosamente numa marinha de guerra e derrotaram os espanhóis em 1898, sem dificuldades. O conflito foi considerado pelo secretário de Estado John Hay “uma esplêndida guerrinha”, uma vez que os resultados foram extremamente compensadores para os norte-americanos. (JUNQUEIRA, 2001, p. 101-2).

## Considerações Finais

Segundo Gilderhus, a guerra com a Espanha teve muitas conseqüências:

A mais importante delas foi a consolidação da posição hegemônica dos EUA no hemisfério ocidental. Além disso, projetou os interesses nacionais do país na Ásia e introduziu novos problemas de administração e controle. Impossibilitados de anexar Cuba pela emenda Teller, os *policymakers* desenvolveram outros métodos. Cuba, o primeiro entre os que seriam conhecidos como protetorados, tornou-se um modelo, sugerindo formas aplicáveis em outros lugares. Para os advogados da *New Diplomacy*, a guerra com a Espanha representou uma espécie de culminação. [tradução livre do autor]. (GILDERHUS, 2000, p. 20).

Além disso, cabe ressaltar que a guerra contra a Espanha rendeu aos EUA o controle de Porto Rico, Guam, e, mediante um pagamento de US\$ 20 milhões, a aquisição das Filipinas. (SMITH, 2008, p. 37-8).

Uma passagem de Lars Schoultz também pode contribuir para deixar clara a situação:

E foi assim que os Estados Unidos encerraram sua ocupação inicial em Cuba, obrigando os cubanos a aceitar o prosseguimento da supervisão, em grande parte porque líderes em Washington acreditavam que a pacificação da ilha estava incompleta. A Emenda Platt foi uma apólice de seguros, emitida em prol dos interesses estratégicos e econômicos dos EUA na ilha. Vários meses antes de o General Wood zarpar do porto de Havana pela última vez em 20 de maio de 1902, o dia da independência de Cuba, ele havia escrito que “há, por certo, pouca ou nenhuma independência ligada a Cuba sob a Emenda Platt.” Isto fora propositado, como observou o Senador Platt: “Os Estados Unidos estarão sempre, sob a assim chamada Emenda Platt, em posição de endireitar as coisas se elas ficarem seriamente ruins.” A hegemonia havia sido formalizada. (SCHOULTZ, 2000, p. 174).

## Referências Bibliográficas

- AGUILAR, Luis E. Cuba, c. 1860-1934. In: BETHELL, Leslie (Ed.) *Historia de América Latina*. Barcelona: Crítica, 1991. T.9.
- GILDERHUS, Mark T. *The second century. U.S.-Latin American relations since 1889*. Wilmington: SR Books, 2000.
- JUNQUEIRA, Mary Anne. *Estados Unidos: A consolidação da nação*. São Paulo: Contexto, 2001.
- SCHOULTZ, Lars. *Estados Unidos: Poder e submissão. Uma história da política norte-americana em relação à América Latina*. Tradução de Raul Fiker. Revisão técnica de Mary Anne Junqueira. Bauru: EDUSC, 2000.

- SMITH, Peter H. *Talons of the eagle. Dynamics of U.S.-Latin American relations*. New York: Oxford University Press, 2008.